



Educação e Pesquisa

ISSN: 1517-9702

revedu@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Manuel Vieira, Maria; Portugal e Melo, Maria Benedita; Pappámikail, Lia
Da fabricação das escolhas escolares aos recursos informativos de suporte: o discurso
adolescente em análise
Educação e Pesquisa, vol. 42, núm. 4, outubro-diciembre, 2016, pp. 1015-1029
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29848830010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Da fabricação das escolhas escolares aos recursos informativos de suporte: o discurso adolescente em análise

Maria Manuel Vieira^I

Maria Benedita Portugal e Melo^{II}

Lia Pappámikail^{III}

Resumo

No âmbito de um projeto, já concluído, sobre escolhas vocacionais realizadas pelos alunos à entrada do ensino secundário em Portugal, um dado mereceu a nossa particular atenção: a renúncia da influência, ou seja, a crença de que a escolha efetuada foi liberta de qualquer tipo de influência evidenciou-se como valor comum partilhado por todos os jovens inquiridos. Com base em dados, quantitativos (inquérito por questionário a 1793 alunos do ensino secundário) e qualitativos (24 entrevistas individuais semidiretivas a alunos do mesmo nível de ensino), recolhidos no âmbito do citado projeto, este artigo procura (re)situar a negação das influências externas no processo de definição do percurso escolar no quadro dos processos de construção de si na adolescência. Faremos isso confrontando a autonomia reivindicada pelos adolescentes com as fontes de influência que participam e suportam essa mesma escolha. Assim, identificar-se-ão ao longo do artigo quem são os interlocutores dos alunos no processo de (re)definição das suas vocações, a que suportes informativos recorrem para apoiar as suas escolhas e que grau de importância atribuem a estas fontes de informação. O conjunto dos dados apresentados permite melhor compreender a complexidade inerente aos processos de individuação na adolescência, ao enquadrar os legítimos discursos de afirmação de si na densa teia de relações sociais em que têm lugar, destacando o papel diferenciado desempenhado pelo mundo escolar, pela família e pela mídia.

Palavras-chave

Adolescentes – Escolhas vocacionais – Autonomia – Influência – Suportes informativos.

I- Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Contato: mmfonseca@ics.ulisboa.pt

II- Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Contato: mbmelo@ie.ulisboa.pt

III- Instituto Politécnico de Santarém, Santarém, Portugal. Contato: lia.pappamikail@gmail.com

From the manufacturing of school choices to support information resources: adolescent discourse under analysis

Maria Manuel Vieira^I

Maria Benedita Portugal e Melo^{II}

Lia Pappamikail^{III}

Abstract

Within an already completed project on vocational choices made by students entering secondary education in Portugal, a finding has deserved our particular attention: the renunciation of influence, that is, the belief that the choice made was free from any kind of influence, which emerged as a common value shared by all the young people surveyed. Based on our quantitative data (a questionnaire survey with 1,793 secondary school students) and qualitative data (24 individual semi-structured interviews with students at the same level of education), collected under this project, this article seeks to (re)frame the denial of external influences on the school trajectory definition in the context of building the self in adolescence. We will do this by comparing the autonomy claimed by adolescents with the sources of influence that participate and support that choice. Therefore, throughout the article, we will identify who the interlocutors of students in the process of (re)defining their vocations are, which information media they resort to to support their choices and which degree of importance is attributed to such sources of information. The data presented allows us to better understand the complexity of the processes of individuation in adolescence, by framing the legitimate discourse of self-affirmation in the dense web of social relations in which it takes place, highlighting the unique role played by the school world, family and by the media.

Keywords

Adolescents – Vocational choices – Autonomy – Influence – Information Supports.

I- Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Contact: mmfonseca@ics.ulisboa.pt

II- Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Contact: mbmelo@ie.ulisboa.pt

III- Instituto Politécnico de Santarém, Santarém, Portugal. Contact: lia.pappamikail@gmail.com

Introdução

Em um estudo recente¹ incidindo sobre os processos de escolha vocacional protagonizados pelos adolescentes à entrada do ensino secundário em Portugal, ressaltou-se um padrão de resposta constante nos questionários preenchidos por um grupo de alunos: convidados a situar em uma escala graduada de 1 a 5 a decisão tomada face a um conjunto de cenários hipotéticos envolvendo o processo de definição vocacional (contextos de escolha; fatores e valores tomados em consideração para a escolha), os alunos inquiridos convergiram na afirmação de ter sido a sua escolha realizada de forma totalmente autônoma (VIEIRA, 2012; VIEIRA; PAPPÁMIKAIL; NUNES, 2012).

Nesse caso, a renúncia da influência, ou seja, a crença de que a escolha foi totalmente livre, liberta de qualquer tipo de pressão ou imposição exercida pelos pais e pouco ou nada influenciada pelos pares, professores ou mídia evidenciou-se como valor, não só primordial, como comum aos protagonistas de todos os tipos de percursos escolares – dos mais bem-sucedidos aos que acumulam fracassos acadêmicos – e em todos os territórios regionais analisados.

Importa aqui ressaltar o fato de que o sistema de ensino português, maioritariamente público e atualmente de frequência obrigatória até ao 12º ano de escolaridade, compele o aluno a exercer uma primeira escolha de área vocacional/de estudos no final dos nove anos do ensino básico (9º ano de escolaridade). Isto significa que o ensino secundário (ensino médio, no sistema escolar brasileiro), que engloba o 10º, 11º e 12º ano de escolaridade, se decompõe em múltiplas ofertas de cursos (de caráter profissionalizante ou de prosseguimento dos estudos) e de áreas vocacionais, embora desigualmente distribuídas pelo território nacional. Compete, pois, ao aluno (e sua família) selecionar uma área de eleição, embora

podendo recorrer ao auxílio de psicólogos/orientadores escolares.

Assim sendo, apesar de os alunos inquiridos na pesquisa reivindicarem a responsabilidade última pela sua opção vocacional – e pelas suas consequências – a verdade é que o processo de fabricação da escolha comporta potenciais vulnerabilidades pois suscita, não raro, dúvidas e incertezas, e traduz-se, por vezes, em erros e fracassos.

Neste sentido, torna-se inevitável questionar os reais contornos da autonomia² proclamada pelos adolescentes. Desde logo, importa entender as razões da onipresença desse valor e da importância que assume juntos dos mais novos. Depois, sabendo-se que a vivência social desenrola sempre num contexto de inter-relações e de intensos fluxos comunicacionais – aliás potenciado, na contemporaneidade, pelas múltiplas tecnologias de informação ao dispor – e que essas interações plurais não deixam de moldar as decisões singulares dos indivíduos, interessa, pois, desvendar: quem são os interlocutores dos alunos nesta matéria? que suportes contam para as suas escolhas? Que grau de importância uns e outros assumem neste processo?

Este artigo pretende explorar este conjunto de questões, tendo por base dados empíricos recolhidos no âmbito do projeto “O futuro em aberto: incertezas e riscos nas escolhas escolares,” acima assinalado.

O trabalho empírico envolveu o lançamento de um inquérito por questionário aplicado em abril de 2008 ao universo de 1793 alunos que frequentavam o 10º e o 12º ano de escolaridade em seis escolas secundárias públicas portuguesas, escolhidas em virtude dos perfis sociais e culturais contrastantes dos seus públicos, e da diversidade econômica e social dos territórios abrangidos: a escola 1 inscreve-se num bairro burguês da capital e capta essencialmente

1- Pesquisa realizada no âmbito do Projeto incertezas e riscos nas escolhas escolares, financiado pela agência portuguesa de apoio à pesquisa FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Projeto PTDC/CED/67590/2006).

2- Autonomia é entendida no quadro deste trabalho como um repertório de competências e virtudes que habilitam o sujeito a formular escolhas e tomar decisões livres e independentes de constrangimentos externos, ou seja, em coerência com o seu projeto identitário ou com aquilo que é subjetivamente percebido como o seu “eu autêntico” (PAPPÁMIKAIL, 2013).

alunos de classe média/média-alta; a escola 2 insere-se numa antiga zona industrial da capital e a sua vocação profissionalizante atrai alunos provenientes das classes populares; a escola 3 situa-se numa zona residencial e de serviços limítrofe da cidade de Lisboa, recrutando uma população social de classe média-baixa e popular; a escola 4 localiza-se num território predominantemente rural da área metropolitana da capital que, recentemente, sofreu grande expansão urbana residencial, registando alguma expressão de alunos da classe média-baixa; a escola 5 serve uma vasta área rural do sul do país com baixa densidade populacional; e a escola 6 localiza-se numa região litoral do extremo sul do país marcado pela atividade turística. Sendo a única oferta de ensino secundário da região, estas duas últimas escolas recrutam uma população escolar relativamente heterogênea, do ponto de vista social.

Posteriormente, entre abril e maio de 2009, realizaram-se 24 entrevistas individuais semidiretivas junto de 24 alunos (12 homens e 12 mulheres) de três das seis escolas da amostra (8 entrevistas por escola). A seleção da amostra qualitativa teve em conta a diversidade social e académica dos estudantes. Três variáveis nucleares determinaram a escolha criteriosa dos entrevistados: o gênero (masculino e feminino na mesma proporção), o ano de escolaridade (ano inicial e ano terminal do ensino secundário) e localização do estabelecimento de ensino (por forma a assegurar heterogeneidade social e opções escolares contrastantes). De fato, a escola A (escola 4 do inquérito) oferece tanto cursos científico-humanísticos (CCH, orientados para o prosseguimento de estudos no ensino superior), como alguns cursos de teor profissionalizante (CTP); a escola B (escola 1 do inquérito) oferece apenas cursos científico-humanísticos (CCH); e a escola C (escola 2 do inquérito) apresenta um leque de cursos exclusivamente profissionais (CTP, orientados para o mundo do trabalho).

Quanto ao guião de entrevista, ele pretende captar uma narrativa de escolarização composta pela reconstituição de uma dada

trajetória escolar, bem como da avaliação subjetiva da mesma, não esquecendo a identificação das dificuldades envolvendo o processo de escolha escolar, bem como das redes de apoio com que puderam contar. Será, pois, deste patrimônio rico de informação assente no ponto de vista e na voz dos próprios alunos adolescentes que partiremos para a análise.

A autonomia à prova da dúvida

Um olhar atento às respostas dadas pelos alunos relativamente ao processo de escolha vocacional, quer nos questionários, quer nas entrevistas, permite desvendar algumas ambiguidades. A proclamação da autonomia nas suas opções e, de uma forma mais ampla, a convergência dos inquiridos em torno de narrativas de celebração da autonomia individual traduz, claramente, o desejo adolescente de se destacar do mundo tutelado da infância e de dar provas de grandeza e maturidade, ambicionando aceder à “propriedade de si” (SINGLY, 2006) através da afirmação no espaço público (BREVIGLIERI, 2007). E adequa-se, de forma virtuosa, à ideologia de livre escolha que o sistema educativo português propaga.

Porém, em algumas outras passagens discursivas descobre-se que por detrás de uma “carapaça” (BREVIGLIERI, 2007) de autossuficiência encenada pelos adolescentes inquiridos desenvolve-se um jogo de claro-escuro em que os territórios-fachada (os diferentes palcos sociais em que o adolescente brilha ao se assumir como protagonista principal) ocultam bastidores basilares (onde se articulam e agem, de diferentes formas e intensidades, muitos outros intervenientes) que alicerçam – mas também constroem – as escolhas. Tais bastidores revelam-se apoios essenciais para enfrentar vulnerabilidades, ou seja, para amortecer as angústias existenciais experimentadas pelos alunos nos momentos de indecisão ou de fracasso. E, sem dúvida alguma, a escolaridade é uma potencial fonte de vulnerabilidade(s).

Com efeito, a escolaridade constitui uma das provas standardizadas associadas ao processo de individuação na contemporaneidade (VIEIRA, 2012). A sua imposição a todas as crianças e adolescentes, e até patamares de ensino cada vez mais avançados, representa a tradução concreta de um direito social nas biografias individuais. Mas essa obrigatoriedade não deixa de ter consequências.

De fato, a partir do momento em que todos estão na escola até mais tarde, a capacidade de orientação no sistema educativo torna-se um requisito fundamental para uma sobrevivência escolar bem-sucedida. Na verdade, a progressiva complexidade e mutabilidade dos sistemas de ensino na contemporaneidade, bem como a crescente diversidade de ofertas formativas, exigem um conhecimento aprofundado do mundo escolar. Ora, apesar de os recursos – nomeadamente informativos – estarem desigualmente distribuídos pelos diferentes grupos sociais, tal circunstância não determina necessariamente idênticos constrangimentos. Nem todos os atores sociais demonstram a mesma capacidade para mobilizar o conjunto de recursos que tem ao seu dispor – desde as infraestruturas coletivas aos capitais disponíveis, passando pelos múltiplos suportes, como é o caso, desde logo, da família (MARTUCELLI, 2006).

Por esse motivo, a análise do processo de escolha vocacional não deixa de fazer apelo à pluralidade de recursos potencialmente mobilizáveis e aos efetivamente mobilizados pelos inquiridos. É na diferença entre uns e outros que se exprime o diferencial capacitante de cada aluno que permite ampliar, com maior ou menor elasticidade, o espaço da escolha escolar – apesar dos constrangimentos. A capacidade de mobilizar recursos informativos afigura-se, pois, decisiva para enfrentar sem surpresas os momentos de escolha com que o sistema confronta o aluno em etapas bem precisas.

No processo de decisão que conduziu à opção vocacional realizada à entrada do

ensino secundário, os alunos foram inquiridos relativamente às fontes de informação utilizadas para a escolha do curso frequentado (Tabela 1).

Contrastando com a autossuficiência proclamada, os resultados gerais apontam, desde logo, para uma *pluralidade de recursos de informação* a que os jovens alunos recorrem, enquanto recursos indispensáveis para navegar com maior segurança no sistema educativo, especialmente nos momentos críticos (GIDDENS, 1994) das suas biografias, como sejam o da escolha de um percurso escolar/vocacional. Esta diversidade de recursos e de suportes acionados exprime, de forma inequívoca, a notável ampliação das esferas de existência e a acrescida intensidade de circulação entre universos sociais alternativos ao universo familiar (como a escola, amigos, mídia) que os indivíduos em geral (LAHIRE, 1998), e os jovens, em particular (CICCHELLI; GALLAND, 2008; LE BRETON, 2008) usufruem na contemporaneidade.

Tabela 1 – Fontes de informação utilizadas pelos alunos para escolha do curso

Fontes de informação	N	%
Mãe	981	55,3
Amigos	973	54,8
Professores	969	54,6
Psicólogos/Orientadores vocacionais	962	54,3
Internet	822	46,3
Pai	816	46,0
Outros familiares	503	28,4
Irmãos	395	22,3
TV	281	15,8
Revistas	171	9,6

Fonte: Inquérito aos alunos, feito pelas pesquisadoras.

Uma análise mais detalhada das respostas obtidas permite destacar o predomínio da mãe, referida por 55,3% dos inquiridos, como recurso de informação mais frequente. Não obstante a preponderância da figura

materna, outros elementos do grupo doméstico são igualmente envolvidos no processo de decisão, como se constata na tabela: embora de forma aparentemente menos determinante, os restantes membros da família mais restrita – pai e irmãos – bem como outros familiares, representam também importantes suportes a que os adolescentes inquiridos recorrem para esclarecer dúvidas ou obter informação.

Os amigos representam, como se comprova, uma fonte intensamente mobilizada para a escolha, a que 54,8% dos inquiridos confessam recorrer. O quotidiano das sociabilidades juvenis, dentro ou fora da escola, favorece sem dúvida a troca de informações relativamente ao processo de escolha que todos são obrigados a fazer.

Por sua vez, enveredar por uma dada opção vocacional é um processo que se constrói, primordialmente, no espaço escolar. Daí que os professores e especialistas da orientação sejam atores intrinsecamente envolvidos nesse processo, detendo elevado protagonismo como informadores privilegiados para a escolha, como se depreende das respostas dos inquiridos – respectivamente, 54,6% e 54,3% de referências.

A alguma distância das fontes anteriores, a internet como recurso de informação para a escolha destaca-se igualmente com alguma importância, recolhendo 46,3% das preferências dos alunos.

Em claro contraste com esses recursos, surgem as mídias tradicionais. Com efeito, a imprensa escrita parece exercer um papel diminuto na elucidação dos alunos quanto ao percurso vocacional a seguir, uma vez que recolhe apenas 9,2% das respostas. Como sugere Ponte (2012), este recurso informativo parece ser sobretudo um meio mobilizado pelos adultos (nomeadamente os pais) para aprofundarem conhecimentos úteis para o exercício de uma orientação parental esclarecida. O mesmo sucederá porventura com as revistas e a televisão, enquanto recurso informativo preferencialmente parental, dada a reduzida utilização – respectivamente, 9,6% e 15,6% – que os jovens afirmam fazer destas mídias para construir as suas escolhas escolares.

Aliás, o agrupamento das fontes de informação por categorias – mundo familiar (pai, mãe, irmãos e outros familiares); mundo escolar (professores e psicólogos/orientadores escolares); grupo de pares (amigos); internet e mídias tradicionais (televisão, jornais e revistas) – evidencia o lugar modesto que os meios de comunicação detêm, em termos comparativos, enquanto fontes de informação utilizadas pelos jovens. Ora, tal resultado contrasta com a ideia generalizada da onipresença das tecnologias de informação na vida dos jovens e merece, sem dúvida, ser aprofundado.

Nos bastidores: a relevância dos suportes

Apoios confessados

Vimos como, apesar da narrativa da renúncia da influência de outros protagonizada pelos alunos, nos bastidores do processo de escolha vocacional entram em cena, afinal, vários atores que se revelam importantes suportes neste processo.

Por sua vez, as mídias não parecem assumir um papel de recurso informativo verdadeiramente destacado, ao contrário do que esperaria. De fato, sabe-se quanto os adolescentes são hoje particularmente sujeitos a uma “sedução do mundo” por parte das tecnologias de comunicação modernas (MARCELLI, 2008; PASQUIER, 2005; ALMEIDA, 2011). Assim, os resultados obtidos não deixam de gerar perplexidade: a ideia de senso comum de que as mídias detêm uma forte influência nas crianças e jovens é aparentemente contrariada quando analisamos o grau de importância que os inquiridos atribuem a cada uma das fontes de informação de que se socorreram (Tabela 2). Exploreemos, com a ajuda da Tabela 2, tais questões e perplexidades.

Estes dados confirmam, antes de mais, o papel essencial da mãe no acompanhamento do processo de escolarização dos filhos e na estruturação das suas opções vocacionais:

Tabela 2 – Grau de importância atribuída pelos alunos às fontes de informação utilizadas (%)

Grau de importância	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
Nada/Pouco importante	7,0	11,0	6,4	21,5	22,3	18,0	10,0	12,0	5,5	10,2	23,1
Nem pouco/nem muito	0,3	0,8	0,3	1,7	2,3	2,3	2,0	2,3	0,8	1,3	2,9
Importante/Muito	2,3	4,0	2,5	23,1	30,1	34,0	34,0	40,0	16,0	17,0	28,8
TOTAL	9,6	15,8	9,2	46,3	54,6	54,3	46,0	55,3	22,3	28,4	54,8

Fonte: Inquérito aos alunos, feito pelas pesquisadoras.

Legenda: Mídia (A – Revistas B – TV C – Jornais D – Internet); Mundo escolar (E – Professores F – Psicólogos/Orientadores escolares); Mundo familiar (G – Pai H – Mãe I – Irmãos J – Outros familiares); Mundo dos pares (L – Amigos).

dos 55,3% que utilizaram a mãe como fonte de informação, 40% afirmaram que foi “importante” ou “muito importante” sendo apenas de 14,3% os que apresentaram uma opinião contrária.

Resultado que não surpreende, de resto. Expressão de normatividades de gênero persistentes, que se (re)afirmam na distribuição desigual das responsabilidades parentais entre os cônjuges, a mãe representa, no quadro doméstico, a figura do cuidador do outro. O acompanhamento da vida escolar dos filhos, incluindo os contatos com a escola, é uma das facetas frequentes desse cuidado, como vários estudos realizados em Portugal o têm demonstrado (ABOIM, 2005; WALL; GUERREIRO, 2005; DIOGO, 2008; GONÇALVES, 2008; SEABRA et al., 2011). O regime de envolvimento através de ações de proximidade (RESENDE, 2010), que muitas mães exercitam quotidianamente no quadro familiar, expressa na figura de confidente, confere-lhe o estatuto de interlocutor privilegiado dos filhos para os assuntos escolares e consagra-a como potencial parceiro no desenvolvimento de atividades (conjuntas) de exploração vocacional (GONÇALVES, 2008) – como dão aliás conta os testemunhos dos entrevistados.

A minha mãe, principalmente, perguntava o que é que tinha dado os testes da psicóloga, e eu dizia que davam para ciências – que é a área que eu escolhi – e a minha mãe disse “pronto, se é a área

que tu queres, se foi a área que te deu na psicóloga, é seguires em frente [...]”. (Ent 2, aluna, 17 anos, 10º ano, curso CCH de Ciências e Tecnologias, escola A).

Por sua vez, o pai, a quem os alunos afirmaram (Tabela 1) recorrer menos que aos amigos ou à internet por exemplo, revela-se, afinal, uma fonte bastante relevante para a maioria dos que a utilizaram. De fato, a seguir a mãe, e com idênticos valores aos dos psicólogos/orientadores escolares, o papel dos pais terá sido “importante” ou “muito importante” para 34% dos alunos. A menor disponibilidade temporal – por vezes mesmo física, no caso de famílias monoparentais em que os jovens habitam com a mãe – que os pais portugueses revelam com maior frequência pode explicar os valores mais modestos, comparativamente com o das mães, da sua mobilização como fonte de informação. Mas tal não significa que a importância que lhe é atribuída pelos filhos seja menor, como se comprova.

Aliás, da avaliação dos inquiridos ressalta o fato de esse suporte ser mesmo menos dispensável do que o trabalho – técnico, especializado – realizado pelos psicólogos/orientadores escolares: os dados denotam ser bem mais elevado o número dos que entendem que os psicólogos/orientadores escolares não foram “nada” ou foram “pouco importantes” (18%) do que aqueles que pensam o mesmo relativamente aos pais (10%). Não obstante, tal não é a norma: muitos outros (34%) consideram

“muito importante” o contributo dado por estes profissionais para o seu processo de escolha.

De fato em Portugal, no espaço escolar, têm vindo a consagrar-se condições para o exercício regular e obrigatório da orientação escolar e vocacional. Os profissionais que exercem este “trabalho sobre o outro” (DUBET, 2002) – professores orientadores ou psicólogos escolares – estão institucionalmente alocados à generalidade das escolas públicas, em particular as do ensino básico, e, nesse âmbito, concebem e desenvolvem anualmente uma intervenção de orientação escolar e vocacional dirigida aos alunos do 9º ano. Se bem que essa intervenção possa variar de acordo com os princípios de orientação professados por cada profissional e o contexto escolar concreto em que se inscreve (DIONÍSIO, 2007), e ainda que a participação dos alunos nestas ações seja facultativa, o certo é que mais de metade dos alunos inquiridos (54,3%) indica ter utilizado também esse recurso como fonte de informação para a escolha.

Havia uma psicóloga lá na escola que foi à nossa turma, perguntou quem é que estaria interessado, e a partir daí passamos a ter de 2 em 2 semanas uma espécie de acompanhamento, fomos fazendo alguns testes. E depois no final ela foi-nos indicando as escolas e os cursos que podiam estar abertos. (Ent 14, aluna, 16 anos, 10º ano, curso CCH de Artes Visuais, escola B).

Surgindo como a 4ª fonte considerada pelos alunos como “importante /muito importante”, a relevância da ação dos professores é, por sua vez, claramente assumida por 30% dos alunos. Ela alicerça-se no seu contributo para a produção quotidiana da experiência escolar do aluno, do desempenho do ofício de aluno e das expectativas e aspirações construídas ao longo do percurso académico. Pelo poder prescritivo e avaliativo que detêm, os docentes são, pois, protagonistas incontornáveis neste processo. O julgamento que os diferentes professores vão exercendo sobre o desempenho dos alunos in-

fluenciará, certamente, embora não determine, necessariamente, o processo de delimitação (inclusão/exclusão) e tradução (em opções curriculares) de determinadas áreas de “vocação”. Mas para além deste processo institucional de orientação pelo (in)sucesso consagrado pelo julgamento docente, também o envolvimento mais próximo, tendencialmente afetivo, entre professores e alunos que hoje marca genericamente os ambientes escolares (RESENDE, 2010) propicia espaços de inter-relação informal que constituem pretextos para o esclarecimento, a informação ou o aconselhamento. [...] acho que apesar de que os professores que cá estão e no fundo todos docentes se preocuparem conosco, eles propõem e não impõem [...]. (Ent13, aluna, 18 anos, 12º ano, curso CCH de Artes Visuais, escola B).

Mas a Tabela 2 desvenda também uma certa polarização nas respostas dos alunos, observando-se avaliações contrastantes acerca da importância dos docentes: para um grupo assinalável de alunos (22, 3%), porventura aqueles mais desfilados no que toca o investimento escolar, os professores não são “nada” ou são “pouco importantes” como recurso de informação para a escolha.

Por sua vez, o peso dos amigos na estruturação das biografias juvenis é confirmado pelos cerca de 29% de alunos que os reconhecem como recurso de informação “importante” ou “muito importante”. A cada vez mais precoce (SINGLY, 2006) afirmação do mundo adolescente, propiciada pela massificação do ensino básico e secundário e pelo alongamento da juventude que a acompanha (CAVALLI; GALLAND, 1993; FERREIRA, 2008), vem contribuir fortemente para o reforço dos pares na socialização juvenil.

Tal reforço tem, indubitavelmente, uma faceta de conformação (PASQUIER; BUZZI; CAVALLI, 2008) graças à pressão, particularmente intensa neste período da vida, exercida pela comunidade dos pares que submete (com maior ou menor tirania, como defende Pasquier (2005)) cada jovem aos desígnios do coletivo – em termos de preferências, comportamentos,

aparência física, apresentação de si. Mas, simultaneamente, o reforço da influência do grupo de pares tem uma faceta inequívoca de emancipação pois amplia o escopo das relações e consagra uma autonomia relacional (CICCHELLI; GALLAND, 2008; PAPPÁMIKAIL, 2013) face ao grupo familiar.

Assim se compreende que, acompanhando diariamente o adolescente nas suas descobertas e nos seus dilemas, de forma particularmente intensa e próxima, os amigos constituam suporte incontornável para os momentos dilemáticos. Confidentes naturais, os pares são interlocutores privilegiados na busca e na exploração de caminhos e de percursos (também escolares), como se atesta na Tabela 1. Embora nada faça supor que, no momento da escolha, esta seja necessariamente ditada pela conformação às opções vocacionais dos amigos – a reivindicação da busca da autenticidade (escolar/vocacional) como alicerce de um projeto identitário em construção parece ser a norma – a influência dos pares na relação do jovem com a escolaridade não deixará certamente de estar presente, embora de forma difusa. Esta opera segundo vários desdobramentos possíveis – desde os horizontes de normatividade escolar que os amigos trilham (prosseguimento /abandono precoce dos estudos) até aos hábitos de trabalho e/ou mimetismo do método dos outros, passando pela autoavaliação de saberes, habilidades e competências na comparação com os outros e, obviamente, pelo incentivo/motivação para chegar à universidade:

E deixei de estudar, não tinha interesse, quer dizer, ter tinha, mas era... tipo... a idade não puxava para estudar, não tinha noção da vida e isso assim... deixei a escola... [...] e fui trabalhar com os meus pais... pá tive... dois anos, dois anos a trabalhar, ya, depois cheguei a um... pá, no ano passado... em Setembro do ano passado já me queria inscrever num curso profissional para tirar pelo menos o décimo segundo ano...[...] é pá e depois com uns amigos ajudaram-me e deram-me força para, para voltar a estudar.

(Ent 17, aluno, 21 anos, 10º ano, curso CCTP de Energias Renováveis, escola C).

Já a ação dos outros familiares e, em particular, dos irmãos apenas é salientada por 17% e 16% dos inquiridos, respectivamente. Não tão significativa quando comparada com a mãe, o pai, os orientadores vocacionais, os professores e os pares, a influência destes atores poderá, ainda assim, ganhar novos contornos se atentarmos como somente 5,5% dos inquiridos os consideraram uma fonte de informação “pouco” ou “nada importante”. Na senda de pistas reveladas por outros estudos, pode-se mesmo colocar como hipótese o lugar determinante que os familiares colaterais (primos, mas sobretudo irmãos mais velhos) podem assumir como conselheiros privilegiados da carreira escolar dos inquiridos, em casos sobretudo de maior desconhecimento (ou desinvestimento) dos pais relativamente ao sistema de ensino (DIOGO, 2008).

Sim, o meu irmão é professor. (Do Ensino Primário. Uma das opções a não escolher é Educação, porque... ele também nunca me disse para não seguir, “se quiseres seguir, segues, tens é que ter umas notas em condições se queres trabalhar daqui a uns anos”. (Ent 4, aluna, 19 anos, 12º ano, curso CCH de Ciências e Tecnologias, escola A).

Família, professores/psicólogos e amigos detêm, pois, um lugar importante enquanto elementos que alimentam, nos bastidores, o processo de escolha dos adolescentes. Longe de ser um processo vivido no singular, o processo de escolha desenrola-se, para a generalidade, alicerçado de forma mais ou menos intensa em vários suportes...

Influências ocultadas?

Por outro lado, também parece inequívoca a reduzida influência das mídias tradicionais (*televisão, revistas e jornais*)

sobre os alunos, no que concerne o processo de elaboração de escolhas escolares. Estes meios não apenas são pouco apontados como fontes de informação, como aqueles que os indicam atribuem-lhes, genericamente, pouca ou nenhuma importância. A própria televisão é apontada como “importante/muito importante” para apenas 4% de entre os 15,8% que referiram esta mídia. Como se explica este resultado, em contramão com o que seria expectável?

Em completa dissonância com todos os que advogam os efeitos nefastos das mídias, em particular da televisão, nos comportamentos das crianças e jovens, estes dados parecem traduzir, em primeiro lugar, uma clara preferência dos alunos pelas fontes pessoais e diretas – os pais, os professores, os amigos – porventura, por estas lhes parecerem bem mais credíveis e dignas de confiança do que as mídias. Isso não significa, como veremos adiante, que não possam utilizar os jornais, as revistas e a televisão como meios complementares de informação e/ou reforço das suas opções. Mas, em termos comparativos, e mais do que negarem a influência das mídias, o que parece sobressair do ponto de vista dos jovens inquiridos é a enorme importância que a comunicação interpessoal terá no seu processo de estruturação dos campos de possíveis.

A teoria das duas etapas de comunicação (*two-step-flow of communication*), construída por Lazarsfeld (1944; 1955) na década de 40 do século XX poderá ajudar-nos a entender esses resultados. Criticando as concepções que defendiam a existência de uma relação direta e linear entre as mensagens midiáticas e os comportamentos dos mais novos, este autor salientou a importância da comunicação interpessoal e dos líderes de opinião na análise dos efeitos provocados pelas mídias. Defendendo que os efeitos dos meios de comunicação eram muito mais limitados do que se supunha, advogou que o fluxo da comunicação midiática se desenrola em duas etapas: na primeira, encontram-se os indivíduos que seguem atentamente as mídias e, por isso, estão bem informados; na segunda, situam-se os indivíduos menos expostos às

mídias e que dependem dos outros para estarem informados. Segundo Lazarsfeld, são os líderes de opinião que transmitem as novas ideias e valores ao seu grupo de pares e são eles quem desempenham o papel mais importante na formação da opinião pública.

A aplicação desta perspectiva ao universo dos jovens inquiridos permite-nos justificar melhor a importância por eles concedida aos seus amigos enquanto fonte de informação e a enfatizar o eventual papel de *mediadores* que muitos deles poderão ter junto dos pares sobre conteúdos de teor escolar e profissional difundidos pelas mídias. O mesmo pode ser, aliás, estendido à família, aos professores e aos orientadores vocacionais...

Sem pôr em causa que as mídias detêm um importante papel na formação do quadro cognitivo dos atores sociais (BERGER; LUCKMANN, 1966; McCOMBS; SHAWN, 1972; WOLF, 1987; SAPERAS, 1993; COLLING, 2001; NOELLE-NEUMAN, 2002), e se fazem sentir no plano das intenções, conhecimentos, crenças ou opiniões, isto é, das representações mentais que monitorizam atividades concretas dos atores sociais (VAN DIJK, 2005, p. 75), as respostas destes alunos levam-nos, portanto, a sublinhar o que várias pesquisas têm vindo a demonstrar desde a década de 60 do século XX: não existe uma correlação direta entre a difusão de informação e a integração dessa informação nas representações e ações dos indivíduos. A prática da recepção das mídias é, na verdade, uma atividade complexa, seletiva e crítica, na qual interferem as crenças e os valores dos indivíduos, as suas experiências prévias, as suas expectativas, os seus interesses, bem como a confiança e a credibilidade que depositam na informação que recebem (KLAPPER, 1960; MORLEY, 1977-78, 1980; HALL, 1980; FELT, 2000; ABRANTES; DAYAN, 2006).

Ainda assim, a forte presença das mídias nos tempos livres infantis e juvenis e a predominância da televisão nos consumos dos jovens (SEIXAS, 1997; PINTO, 2000; ROBERTS, 2000; ROE, 2000; CARDOSO et al. 2005; CARDOSO, 2007, PONTE e

MALHO, 2008; ALMEIDA, 2008; LIVINGSTONE; BOVILL, 2013) levanta-nos reservas relativamente a esta aparente imunidade dos nossos inquiridos aos efeitos dos meios de comunicação tradicionais. De outra forma, como conseguiríamos explicar o fato de muitos jovens reproduzirem no seu quotidiano, tanto através de comportamentos ou expressões linguísticas, como do uso de determinadas peças de vestuário e/ou adereços, valores e atitudes idênticas às difundidas em programas televisivos infanto-juvenis de grande audiência? Como compreender os motivos que levam muitos alunos a procurar cada vez mais cursos associados a profissões com as quais não contactam facilmente no seu dia-a-dia, como “Criminologia”, “Design de Moda” ou “Alta Cozinha” (tal como tem vindo a ser noticiado pela mídia) sem se ter em conta o peso de séries televisivas como o *CSI* ou os concursos como o *Project Runway* ou o *MasterChef*?

Ao invés, por que motivo apenas um estudante entrevistado (a seguir citado) equacionou a hipótese de a televisão ter tido efeitos na construção de sua trajetória escolar e profissional?:

[...] depende muito dos programas de televisão, por exemplo, eu queria ser jornalista mas... se calhar começou com a ideia de um programa de televisão que era “Os jornalistas” ou uma coisa deste género [...]. (Ent 11, aluna, 18 anos, 12º ano, curso CCH de Ciências Sócio-Económicas, escola B).

Muito provavelmente pela simples razão de que reconhecer a influência das mídias significará, para muitos alunos, negar a autenticidade das suas escolhas.

Se os jovens têm consciência de que “o que dizem da televisão implica socialmente toda a sua pessoa”, como sugere Pasquier (2006), parece-nos plausível admitir a hipótese de que o desejo de projetarem para o exterior uma imagem positiva de si, que implica a afirmação de uma forte autonomia, capacidade de determinação individual e autêntica do seu futuro, passe pela negação dos efeitos das mídias a este respeito.

Por fim, como entender a supremacia da *internet* enquanto fonte de informação reconhecidamente válida para orientar as escolhas escolares dos inquiridos, comparativamente com as mídias tradicionais? Com efeito, 46,3% dos jovens inquiridos referiram ter utilizado a *internet* e, entre estes, 23,1% considerou-a bastante importante. Por seu lado, dos 24 jovens entrevistados, metade referiu que se tinha munido da *internet* para se informar sobre os cursos lecionados em determinadas universidades, médias de nota de acesso em vigor e/ou saídas profissionais que lhes estão associadas.

A importância da *internet* nas práticas comunicacionais das gerações portuguesas mais novas (CARDOSO et al., 2005; PONTE; MALHO, 2008; ALMEIDA, 2008) não será certamente alheia à esmagadora preferência por este meio. Constituindo uma plataforma de intercomunicação pessoal na qual os jovens podem disseminar e partilhar com os seus pares as suas convicções, gostos e valores, admitimos, inclusivamente, que a influência dos amigos sobre diversas opções escolares e atividades profissionais se poderá fazer sentir também nas interações sociais realizadas on-line.

Mas o fato de os próprios orientadores vocacionais verem a *internet* como uma útil fonte de informação, promovendo explicitamente o seu uso – o que reforça a importância da sua ação mediadora – contribuirá bastante para que esta mídia pareça associada a uma procura ativa e consciente de informação por parte dos jovens.

Se a *internet* possibilita aos alunos conhecer novas profissões, obter informações sobre cursos que têm mais saídas profissionais e até pode contribuir para (des)construir possíveis opções profissionais, os depoimentos dos alunos entrevistados levam-nos, no entanto, a pensar que este meio parece essencialmente destinado a (re)confirmar ou a «afinar» escolhas previamente formadas, uma vez que as crenças, as expectativas e os interesses pessoais que os alunos já possuíam sobre determinadas questões parecem constituir um importante filtro relativamente aos seus efeitos:

- (Pretendo entrar para) o (Instituto Superior) Técnico da Universidade de Lisboa, os alunos que são formados lá têm mais hipótese de ter emprego... é uma Universidade excelente que forma excelentes alunos.

- Em que é que baseaste a tua informação a comparar as diferentes Universidades?

- Vi estudos na internet a informar que a percentagem de alunos que saíam do Técnico tinham emprego no ano a seguir, enquanto noutras Universidades não ... para mim foi o mais importante. (Ent 1, rapaz, 17 anos, 10º ano, curso CCH de Ciências e Tecnologias, escola A).

Conclusões

A partir dos dados empíricos recolhidos no âmbito do projeto “O futuro em aberto: incertezas e riscos nas escolhas escolares” procuramos demonstrar, neste artigo, quem são os interlocutores dos alunos no processo de (re)definição das suas vocações escolares e profissionais, a que suportes informativos recorrem para suportar as suas escolhas e que grau de importância atribuem a estas fontes de informação. Adicionalmente, tentamos (re)situar a negação das influências externas no processo de definição do percurso escolar no quadro dos processos de construção de si na adolescência.

Com efeito, a primeira conclusão a salientar prende-se com as vulnerabilidades que o processo de fabricação da escolha comporta, patentes nas inseguranças, recuos e hesitações manifestadas por muitos alunos nos momentos em que têm que optar por determinada via de ensino ou curso profissional, ainda que não reconhecida e assumida por estes. Refugiando-se num discurso que enaltece a sua autonomia, autenticidade e autossuficiência para decidir o futuro, os adolescentes parecem construir uma carapaça discursiva que visará justamente ocultar as fragilidades que terão acompanhado aquele processo.

Quando tentamos levantar este *escudo protetor* e desvendar os reais contornos

desta pretensa liberdade e autonomia totais, descobrimos que, afinal, estas decisões são suportadas por uma pluralidade de recursos de informação. Longe de ser um processo vivido no singular, o processo de escolha, para a generalidade dos alunos, encontra-se alicerçado de forma mais ou menos intensa em várias fontes de (in)formação.

Esta diversidade de suportes a que os jovens alunos recorrem para conseguir orientar-se com maior segurança no sistema educativo permite-nos também constatar como, na contemporaneidade, se ampliaram os espaços de interação social e os territórios de existência dos jovens e se intensificou a circulação destes atores entre vários contextos alternativos ao universo familiar: a escola, os amigos, as mídias. Uma diversidade que, constituindo uma oportunidade de amplificar horizontes e as possibilidades de escolha, pode simultaneamente reforçar dúvidas, hesitações e os sentimentos de vulnerabilidade.

Ainda assim, verificamos como é justamente nestes universos que os alunos dispõem de vários apoios, entre os quais se destacam, pela ordem de importância que por eles lhes é atribuída, a mãe, o pai, os orientadores profissionais, os professores e os amigos. Verdadeiras âncoras emocionais em muitos casos, estes atores contribuem decisivamente para amortecer as angústias e dilemas da escolha, funcionando, assim, como um halo protetor das incertezas sentidas pelos alunos. Noutras situações, o seu papel fundamental será exercido através de estratégias de incentivo que possibilitem aos alunos um autoreconhecimento de capacidades suficientemente eficaz para os levar a experimentar novas opções ou a aventurarem-se no prosseguimento dos seus percursos escolares/profissionais.

Contra o que seria expectável e é apregoado por todos os que advogam os resultados nefastos das mídias, em particular da televisão, nos comportamentos das crianças e jovens, os dados obtidos nesta pesquisa permitem-nos ainda salientar que a grande maioria dos alunos não reconhece a influência da televisão, das revistas e dos jornais no seu processo de elaboração de

escolhas escolares. A sua clara preferência pelas fontes pessoais e diretas – pais, orientadores, professores ou amigos –, provavelmente por lhes conferirem muito mais credibilidade do que às mídias, leva-nos a supor que aquelas desempenharão um importante papel de *mediadores* junto dos alunos, sobre conteúdos de teor escolar e profissional difundidos pelas mídias. Mas admitimos também que a ocultação dos efeitos dos meios de comunicação tradicionais por parte dos alunos se encontre diretamente relacionada com o seu desejo de afirmação da autenticidade das suas escolhas e de capacidade de determinação individual do seu futuro.

Em contrapartida, a internet é assumidamente reconhecida como uma válida fonte de informação, quer pelos alunos, quer pelos próprios orientadores vocacionais que, inclusivamente, promovem explicitamente o seu

uso. Esta atitude positiva por parte do mundo escolar relativamente a esta mídia poderá explicar a supremacia da internet relativamente aos outros meios de comunicação e o fato de esta ser ativa e conscientemente procurada pelos jovens, quer para conhecerem novas profissões e/ou obterem informações sobre cursos que têm mais saídas profissionais como, e sobretudo, para (re)confirmarem ou afinarem escolhas previamente formadas.

A descoberta dos atores que intervêm nos bastidores do processo de escolha vocacional e a compreensão da preponderância do seu papel permitem-nos, em suma, concluir, que se pode falar com propriedade do exercício de *uma autonomia sob influência* que os adolescentes desenvolvem nos seus diferentes domínios de existência – entre os quais se conta, justamente, a experiência escolar.

Referências

- ABOIM, Sofia. Dinâmicas de interação e tipos de conjugalidade. In: WALL, Karin (Org.). **Famílias em Portugal**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 231-304.
- ABRANTES, José Carlos; DAYAN, Daniel (Org.). **Televisão: das audiências aos públicos**. Lisboa: Livros Horizonte/CIMJ, 2006.
- ALMEIDA, Ana Nunes (Org.). **Crianças e internet: usos e representações, a família e a escola**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2008. Relatório do inquérito (policopiado).
- ALMEIDA, Ana Nunes. Os mundos da infância: olhares, espaços e personagens. In: ALMEIDA, Ana Nunes (Org.). **História da vida privada em Portugal: os nossos dias**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. (Temas e debates). p. 142-173.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **The social construction of reality**. New York: Doubleday, 1966.
- BREVIGLIERI, Marc. Ouvrir le monde en personne: une anthropologie des adolescences. In: BREVIGLIERI, Marc; CICCHELLI, Vincenzo (Org.). **Adolescences méditerranéennes**. Paris: L'Harmattan, 2007. p. 19-58.
- CARDOSO, Gustavo et al. **A sociedade em rede em Portugal**. Porto: Campo das Letras, 2005.
- CARDOSO, Gustavo (Org.). **E-generation: os usos de media pelas crianças e jovens em Portugal**. Lisboa: CIES-ISCTE, 2007.
- CAVALLI, Alessandro; GALLAND, Olivier (Org.). **L'allongement de la jeunesse**. Arles: Actes Sud, 1993.
- CICCHELLI, Vincenzo; GALLAND, Olivier (Org.). **Les nouvelles jeunesses**. Paris: La Documentation Française, 2008.
- COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. **Revista Famecos**, n.14, p.88-101, 2001.
- DIOGO, Ana Matias. **Investimento das famílias na escola: dinâmicas familiares e contexto escolar local**. Lisboa: Celta, 2008.
- DIONÍSIO, Bruno. O psicólogo na escola e a escola no psicólogo: interrogações preliminares de um tema de pesquisa. In: VIEIRA, Maria Manuel (Org.). **Escola, jovens e media**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. p. 95-108.

DUBET, François. **Le déclin de l'institution**. Paris: Du Seuil, 2002.

FELT, Ulrich. A adaptação do conhecimento científico ao espaço público. In: GONÇALVES Maria Eduarda (Org.). **Cultura científica e participação pública**. Oeiras: Celta, 2000. p. 265-289.

FERREIRA, Vítor Sérgio. A condição juvenil portuguesa na viragem do milénio: tendências longitudinais nas transições para a vida adulta. In: FÓRUM UNIVERSAL, 2008, Aveiro. **3 anos, 30 ideias**. Aveiro: Universidade de Aveiro: Fundação João Jacinto Magalhães: Centro Universitário Fé e Cultura, 2008. p. 139-154.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade pessoal**. Oeiras: Celta, 1994.

GONÇALVES, Carlos Manuel. **Pais aflitos, filhos com futuro incerto?** Um estudo sobre a influência das famílias na orientação dos filhos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

HALL, Stuart. Encoding/decoding. In: HALL, Stuart et al. (Org.). **Culture, media, language**. London; New York: Routledge: CCCS, 1980. p. 128-138.

KLAPPER, Joseph. **The effects of mass communication**. New York: Free Press, 1960.

LAHIRE, Bernard. **L'homme pluriel**: les ressorts de l'action. Paris: Nathan, 1998.

LAZARSFELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. **The people's choice**: how the voter makes up his mind in a presidential campaign. New York: Duell, Sloan and Pearce, 1944.

LAZARSFELD, Paul; KATZ, Elihu. **Personal influence**: the part played by people in the flow of mass communication. New York: Free Press, 1955.

LE BRETON, David (Org.). **Cultures adolescentes**: entre turbulence et construction de soi. Paris: Autrement, 2008.

LIVINGSTONE, Sonia; BOVILL, Moira (Org.). **Children and their changing media environment**: a European comparative study. New York: Routledge, 2013.

MARCELLI, Daniel. Quoi de nouveau dans les relations parents/adolescents? In: LE BRETON, David (Org.). **Cultures adolescentes**: entre turbulence et construction de soi. Paris: Autrement, 2008. p. 12-23.

MARTUCCELLI, Danilo. **Forgé par l'épreuve**: l'individu dans la France contemporaine. Paris: Armand Colin, 2006.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

MORLEY, David. Texts, readers, subjects. In: HALL, Stuart et al. (Org.). **Culture, media, language**. London; New York: Routledge: CCCS, 1980. p. 128-138.

MORLEY, David. **The nationwide audience**. London: British Film Institute, 1980.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. Os efeitos de meios de comunicação na pesquisa sobre os seus efeitos. In: ESTEVES, João Pissarra (Org.). **Comunicação e sociedade**: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa. Lisboa: Livros Horizonte, 2002. p. 151-159.

PAPPÁMIKAIL, Lia. **Adolescência e autonomia**: negociações familiares e construção de si. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

PASQUIER, Dominique. **Cultures lycéennes**: la tyrannie de la majorité. Paris: Autrement, 2005.

PASQUIER, Dominique. Públicos e comunidades sociais: o papel dos media nas sociabilidades juvenis. In: ABRANTES, José Carlos (Org.). **Ecrãs em mudança**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006. p. 39-49.

PASQUIER, Dominique; BUZZI, Carlo; CAVALLI, Alessandro. Quelle culture adolescente? In: CAVALLI, Alessandro; CICHHELLI, Vincenzo; GALLAND, Olivier (Org.). **Deux pays, deux jeunesses?** La condition juvénile en France et en Italie. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008. p. 209-229.

PINTO, Manuel. **A televisão no quotidiano** das crianças. Porto: Afrontamento, 2000.

PONTE, Cristina. Jovens e escolhas vocacionais em magazines informativos portugueses (2000-2008). **Observatório (OBS*) Journal**, v. 6, n. 4, p.7 7-107, 2012. Disponível em: <<http://obs.obercom.pt/>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

PONTE, Cristina; MALHO, Maria João. Crianças e jovens. In: REBELO, José (Org.). **Públicos de comunicação social em Portugal**. Lisboa: Entidade Reguladora da Comunicação, 2008. p. 121-202.

RESENDE, José Manuel. **A sociedade contra a escola?** A socialização política escolar num contexto de incerteza. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.

ROBERTS, Donald. Media and youth: access; exposure, and privatization. **Journal of Adolescent Health**, v. 27, n. 2, p. 8-14, 2000. Supplement 1.

ROE, Keith. Adolescent's media use: a European view. **Journal of Adolescent Health**, v. 27, n. 2, p. 15-21, 2000. Supplement 1.

SAPERAS, Enric. **Os efeitos cognitivos da comunicação de massas**. Porto: ASA, 1993.

SEABRA, Teresa et al. (Org.). **Trajetos e projetos de jovens descendentes de imigrantes à saída da escolaridade básica**. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2011.

SEIXAS, Maria José Metello de. Mesmo nos concursos a gente aprende coisas. Televisão e escola – um conflito de universos e discursos. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 8, p. 21-43, 1997.

SINGLY, François de. **Les adonaissants**. Paris: Armand Colin, 2006.

VAN DIJK, Teun. **Discurso, notícia e ideologia**: estudos na análise crítica do discurso. Porto: Campo das Letras, 2005.

VIEIRA, Maria Manuel. Incerteza e individuação: escolarização como processo de construção biográfica. In: DAYRELL, Juarez et al. (Org.). **Família, escola e juventude**: olhares cruzados Brasil-Portugal. Belo Horizonte: UFMG, 2012. p. 276-297.

VIEIRA, Maria Manuel; PAPPÁMIKAIL, Lia; NUNES, Cátia. Escolhas escolares e modalidades de sucesso no ensino secundário: percursos e temporalidades. **Sociologia: Problemas e Práticas**, n. 70, p. 45-70, 2012.

WALL, Karin, GUERREIRO, Maria Dore. A divisão familiar do trabalho. In: WALL, Karin (Org.). **Famílias em Portugal**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 303-362.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.

Recebido em: 29.10.2014

Aprovado em: 14.04.2015

Maria Manuel Vieira é socióloga, investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, nas áreas de Educação e Juventude e coordenadora do Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (OPJ-ICS).

Maria Benedita Portugal e Melo é socióloga, investigadora da Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (UIDEF) nas áreas de educação, cultura e comunicação. É colaboradora do Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (OPJ-ICS).

Lia Pappámikail é socióloga, investigadora do Observatório Permanente da Juventude do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (OPJ-ICS), nas áreas da educação, juventude e metodologias de pesquisa.